

## **O EXERCÍCIO DA TOLERÂNCIA NO COTIDIANO DE TRABALHADORES RURAIS**

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

NEHO-USP (Núcleo de Estudos em História Oral – Universidade de São Paulo) e

LEI-USP (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância – Universidade de São Paulo)

De modo geral, estudos sobre a intolerância e seus efeitos sociais centram seu foco na experiência de centros urbanos, em que se encontram e suscetibilizam-se culturas diversas. Assim em meio ao caráter cosmopolita das cidades vemos surgir a intolerância ao diferente e exemplos da busca de uma convivência tolerante. Neste artigo propõe-se uma mudança de perspectiva. Não mais estarão na mira diferenças étnicas ou a (con)vivência conflituosa de grupos em grandes centros. A proposta será pensar a tolerância em cotidianos rurais de trabalhadores que chocam suas tradições com inovações e transformações no trabalho e na família. Não se trata, portanto, de pensar a questão da intolerância atrelada a violência historicamente perpetrada contra o trabalhador rural no Brasil. E sim demonstrar como as alterações desse cotidiano são sentidas por camponeses, na busca de uma vida melhor e comum.

Para isso este texto foi dividido em três partes. A primeira em que se privilegiou saber como esses trabalhadores exercitam a tolerância em seu dia-a-dia. Escolhi a família para esta leitura, por ser a instância em que se desenvolvem os debates da intolerância e no qual acontecessem as negociações rumo à tolerância.

Num segundo momento destacou-se um dos principais conflitos vividos nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, mediados pela ação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a formação e manutenção das cooperativas. Nessa parte, salientei os papéis do movimento social e dos camponeses, suas preocupações e os caminhos muitas vezes tortuosos por onde passam as negociações.

E num terceiro momento abordei as possibilidades de escolha do assentado, fruto do surgimento de um diálogo mais aberto e tolerante frente às questões do trabalho cooperado ou individual/familiar.

### **Família: o espaço da negociação**

Em pesquisa de campo relacionada ao meu mestrado pude perceber a família como um espaço de diálogo. De forma geral, a família do campo se caracteriza por compromissos de trabalho diretamente ligados a dois fatores fundamentais: a política de posse de assentamento e o trabalho na terra. O primeiro aspecto é ponto de convergência do pensamento do governo, do movimento social e do assentado. Na política de assentamentos a unidade social é a família, assentam-se famílias e não indivíduos. No entanto, o segundo aspecto - o trabalho na terra - foi o que apresentou mais problemas frente às mudanças das relações presentes no meio rural atualmente. Foi no âmbito da família que comecei a visualizar os dilemas vividos por essa nova situação do homem do campo.

A família está posicionada entre a vida institucional do Movimento Sem Terra e a do indivíduo, é portanto fundamental para um estudo dos significados e aplicações do conceito de tolerância na vida cotidiana.

Foi no universo familiar que pude deparar-me com os problemas impostos no dia-a-dia e suas possíveis soluções idealizadas pelos indivíduos. Os dois principais embates selecionados para esse texto foram as questões de gênero e de geração.

As mulheres são um importante grupo de reivindicação e ocupam posições fundamentais na organização do MST, assumindo a liderança em determinadas situações. Sua atuação merece ser estudada com maior atenção, pois elas, na maioria das vezes, acumulam a responsabilidade de cuidarem de suas famílias e o trabalho administrativo. Essas mulheres dão conta de conciliar a difícil tarefa de coordenar a militância, com as exigências da casa e dos filhos crianças ou adolescentes.

O processo de luta pela terra também faz com que as mulheres tomem consciência das relações de gênero estabelecidas socialmente, fazendo com que busquem renovar essas relações com maior igualdade. Por outro lado, o sentido de masculinidade conservadora do campo começa a chocar-se a partir do momento em que as mulheres assumem seus lugares na divisão de tarefas, fazendo com que se redefina também o significado de ser homem.

A vida de muitas mulheres pode ser exemplo dessas mudanças. Um novo perfil feminino é desenhado, em um meio que é tido como conservador. A mulher ganha espaço e faz parte das lideranças do Movimento. Nesse sentido tomam a frente de atividades inesperadas, se impõem em suas comunidades e ganham o respeito dos próprios homens.

Muitas vezes a decisão de como trabalhar a terra é um drama para esse grupo. Querer estruturar-se em cooperativas ou optar pelo trabalho individual/familiar torna-se uma resolução difícil. Representando mesmo um conflito de gerações. Existem casos em que a primeira geração não se sente parte do movimento social, entretanto a segunda apresenta um maior envolvimento com ele e traz para dentro de casa novas perspectivas. Ou ainda, casos em que a primeira geração é parte ativa do Movimento, enquanto a segunda se apresenta como parte do quadro de militância. Dessa forma, os filhos envolvem-se nas atividades do MST e aprendem/criam um novo modo de pensar a produção e a vida em comunidade. Geralmente mais abertos e com maior grau de instrução que os pais, esse jovens, mesmo tímidos, passam a conceber um novo jeito de viver no campo, menos isolado.

Mas isso traz problemas de relacionamentos familiares derivados de novas opções. As gerações divergem principalmente por ser maior a influência do Movimento nas pessoas mais jovens que, quando possível, optam pelo trabalho coletivo ou cooperado ao receberem suas terras. Diferentemente “dos mais velhos” que, baseados em experiências anteriores, preferem o trabalho individual/familiar.

Para pensar o jovem do campo, deve-se ter em mente que quase sempre a relação que seus pais estabelecem é de mando. Como chefe da família o dono do lote decide sobre a divisão de trabalho. Nessa medida, por muito tempo, o trabalho individualizado da cidade ofereceu uma atração, na busca de uma idealizada liberdade, pois o filho passava a não mais depender das decisões do pai. Mais recentemente o trabalho cooperado tem sido visto no campo como uma opção por representar uma referenciação não mais de subordinação.

Conseqüentemente, tanto a conquista de espaço, externo à casa, por parte das mulheres, quanto a autoridade assumida pelas novas gerações, faz com que o papel do homem, nesse meio, seja questionado. Sob o ponto de vista masculino, no entanto, isso aparece como uma perda, pois a presença no âmbito familiar, de uma mulher que se contrapõe contestando seus pontos de vista e de filhos manifestando suas opiniões divergentes, são fatores novos, para os quais o homem não foi preparado, posto que difere do padrão de comportamento antes assumido pela figura feminina e dos filhos.

### **Cooperativa: um caminho a construir**

O cooperativismo surge nos assentamentos a partir de uma preocupação econômica, entretanto, derivado dessa premissa, concepções político-ideológicas motivaram as escolhas das formas de organização das cooperativas nos assentamentos do MST. Sendo esse processo sempre balizado pelo pensamento de continuidade da luta pela terra, aliado aos ideais de mudanças na estrutura da sociedade brasileira.

No MST, a perspectiva de continuidade da luta materializou-se na ênfase na coletivização da terra e do trabalho. O objetivo era agregar os assentados em cooperativas modernas, com utilização de técnicas racionais de produção e construir na prática elementos para a realização socialista.<sup>i</sup>

No entanto, muito se escreveu sobre a importância da cooperativa como instrumento que viabiliza a luta política dando sustento econômico aos assentados<sup>ii</sup>. Pretendi debruçar-me sobre uma questão delicada até mesmo para os

articuladores do Movimento. Pois o trabalho coletivo - na visão do MST - é a base para uma nova educação social e política, para o exercício da cidadania e para a revalorização da cultura camponesa.

O entendimento da direção MST é de que não existem condições do assentado progredir econômica, social e politicamente através de produção individual/familiar. O modelo de produção capitalista inviabiliza esse progresso, e por isso, os assentados devem reconhecer no trabalho cooperativo a possibilidade de desenvolvimento, garantindo assim a sua existência.<sup>iii</sup>

No entanto, muitos são os camponeses que não se lançam, ou desistem da aventura de compartilhar suas terras. E eles não podem ser considerados um “desvio”<sup>iv</sup>. São essas resistências, variantes da estrutura, que demonstram a existência do *habitus* desse grupo, marcas resultantes de anos e anos de isolamento do campo, de uma vida inteira sem o direito a possuir coisa alguma. Sendo assim, pensei ser importante investir também na idéia do que representa para essas pessoas, agora assentadas, ter posse da terra e trabalhar para si mesmo.

A intenção do assentado produzir individualmente no seu lote é entendida pelo MST como um “desvio” que deve ser combatido para evoluir e alcançar formas superiores de produção (cooperativa).<sup>v</sup>

Nesse medida, fez-se necessário o diálogo entre o modo de pensar do MST e as expectativas de suas bases. Deparei-me <sup>1</sup>com o problema da formação e funcionamento das cooperativas. Muitas são as famílias que conscientemente optam por não fazer parte dessas associações, colocando em xeque a idéia ingênua de que a forma pensada de cooperativa era a única saída para esse homem do campo<sup>vi</sup>.

Foi então que pude começar a entender posicionamentos de famílias que se opunham à produção cooperativada. Isso me fez pensar que existem múltiplas relações que os assentados estabelecem com a posse da terra e que por isso esse é um foco de muito interesse, tanto para pesquisadores, quanto para a própria comunidade que tem que aprender a conviver com essas diferenças.

O que pude desenhar desse cenário é que muitas vezes o assentado sente-se menos dono da terra, quando trabalhando coletivamente, ou seja, quando ele não pode individualmente decidir o que plantar na terra e como comercializar sua produção. Em última instância, tendo a pensar que na cabeça desse camponês a cooperativa o transforma em um trabalhador assalariado no campo. Fazendo com que perca a noção de que é detentor daquele pedaço de chão e perca o prazer de possuir algo e assim controlar o processo de produção como um todo. Ele se vê como uma parte do mecanismo que “fabrica” o produto.

Com a falta de conhecimento de todo o processo de produção, esse assentado passa a estar sempre desconfiado, é comum ouvi-lo dizendo que sempre aparecem “uns espertos”, referindo-se a pessoas nem sempre bem-intencionadas, levantando suspeitas em relação à administração das cooperativas. Entendi o quanto é difícil cooperativar-se para esses camponeses, que nunca possuíram nada além da força de trabalho, nunca foram parte de nenhum tipo de associação, antes de sua participação no movimento social. As desconfianças surgem do fato de que finalmente o camponês tem algo a perder e, na medida em que se associa à cooperativa e acata as decisões da assembléia, pensa ser “menos dono” do que acabara de conquistar.

Comecei a tentar compreender como as cooperativas dividem o trabalho e os lucros e como também alguns grupos optam pela formação de coletivos para a realização de algumas tarefas, como por exemplo na hora de comercializar a produção. Assim formam-se pequenas cooperativas para comercialização, produção, ou compra de sementes. Estas não implicam no trabalho coletivo e muito menos na coletivização da terra, sendo esse tipo de associação mais segura na cabeça do pequeno agricultor.

De qualquer modo, após a (re)conquista da terra os assentados deparam com as dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica dos projetos, decorrentes, em grande medida, do descaso de um poder público que não tem oferecido a necessária infra-estrutura social de saúde, educação, transporte,

energia elétrica etc, nem uma política agrícola condizente com as especificidades socioeconômicas e regionais destes produtores.

Diante deste quadro, os assentados procuram estabelecer diversas estratégias de produção e reprodução social, desde a formação de modernas cooperativas agropecuárias até a orientação da atividade agrícola para práticas de subsistência alimentar da família. É nesta luta cotidiana de construção da cidadania que os assentamentos vão se descobrindo e garantindo a delimitação de espaços para a atenuação da exclusão social e da miséria que atingem a milhões de brasileiros, além de estabelecer as bases para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil<sup>vii</sup>.

É importante ressaltar que nos assentamentos do Estado de São Paulo poucos agricultores participam das cooperativas, ou disponibilizam suas terras ao cultivo coletivo. O fato é que muitos têm receio de fazer investimentos mais arrojados e correr o risco de perder o pouco que conquistaram. Medo acentuado pela experiência acumulada por alguns de terem participado de tentativas fracassadas. Todavia, eles falam de um *espírito de cooperação*<sup>viii</sup>, o que faz com que parte desses agricultores que optaram por cultivar suas terras apenas com a mão-de-obra de suas famílias se unam.

### **A tolerância conquistada: as possibilidades de escolhas**

Ao longo dessa história, muitos trabalhadores cooperados desistiram de seus projetos iniciais e foram marginalizados por suas decisões. No entanto, hoje, observa-se que os membros da cooperativa também se posicionam de forma diferente e mais tolerante frente às desistências. O que antigamente era motivo de preconceito foi se tornando comum. Assim, ao contrário de antes, a decisão de sair da cooperativa não causa tanta estranheza, e há uma maior tolerância no que diz respeito às decisões dos membros da cooperativa.

No decorrer da pesquisa pude visualizar elementos que me mostraram que a experiência da luta e da ação coletiva deixou marcas que podem gerar novos tipos de cooperação. Mesmos saindo da cooperativa esses trabalhadores acumulam experiências importantes para suas vidas. Portanto não se pode ver esse desligamento da cooperativa como retrocesso, pois não se perde o ideal de luta, e isso é significativo em relação a ganhos políticos para esse grupo.

À medida que membros do MST definem o objetivo de sua luta, mobilizam-se, conversam, decidem juntos. É nesse contexto descrito que ocorre a formação de pessoas capacitadas a reivindicar direitos. O ativismo, mesmo que nem sempre resulte em conquistas concretas, indubitavelmente assegura um lugar para o fazer democrático.

Os camponeses dão passo a frente, se compararmos a outros movimentos sociais, ao conseguirem por meio de sua agremiação resultados efetivos na luta por reforma agrária. Subvertem, assim, o conceito de que o trabalhador rural não pensa sobre sua própria condição. Ao perceber a impossibilidade de qualquer ação efetiva individualmente, o agricultor sente a necessidade de se agrupar. Dessa forma, os camponeses somam forças em torno de um movimento social.

A criação e o estreitamento de laços entre indivíduos que lutam por um mesmo objetivo constroem uma barreira ao avanço do isolamento das pessoas. Isolamento este que dinamita a base dos relacionamentos pessoais e enfraquece politicamente o cidadão.

A inserção do indivíduo em um movimento social dá a sua existência um sentido coletivo, um projeto. A vida em grupo faz com que a esfera do estritamente privado seja re-significada. Os que estão ali presentes não mais estão isolados, agem solidariamente na coletividade. O caminho de casa para o trabalho (a plantação, o setor de máquinas, o setor de construção e o administrativo) é permeado por conversas, fazendo com que o debate de questões políticas e sociais passe a ser parte do cotidiano.

Por fim, a conquista política consolida-se a cada diálogo, na medida em que os grupos se reúnem e decidem conjuntamente o que farão para resolver seus problemas. Aprende-se desse modo como funcionam as assembléias, a

hora de ouvir e a de falar. Preocupam-se como será gasto o dinheiro. Deliberam quais são as obras e aquisições mais necessárias. Assim, com a prática do fazer democrático e tolerante, passam a ter noção de seus direitos, do quanto é importante lutar por eles e da necessidade do diálogo para sua consolidação.

A importância, portanto, de existir um movimento social como o MST vai além da razão social da realização da reforma agrária, da conquista de terras; ou ainda da razão econômica do aumento da produção destinada ao mercado interno e queda dos preços dos alimentos. É também de fundamental importância política, posto que abrange a criação de um espaço em que se discutem questões como a cidadania e democracia.

O MST por algum tempo se preocupou pouco com as relações e motivações pessoais, ou seja, a parte sensível que ultrapassa a materialidade da conquista da terra e do trabalho. Mas, por ser um celeiro de formação de lideranças, mantém uma dinâmica de trabalho com sua base, o que está possibilitando o repensar de sua própria prática e estrutura.

Como processo de mudança ainda em trânsito, não há um padrão de trabalho ou mesmo de luta definido. Nem sei se um dia existirá, dada a diversidade das pessoas que participam desse caminho. De qualquer maneira, realmente acredito que Horta cultivada pelo coletivo de mulheres – Copava. Foto: Suzana L. S. Ribeiro. , o lavrador pode fazer escolhas. Nesse movimento registra-se um momento histórico de transformação em que está surgindo um novo campo, um novo homem, uma nova mulher e finalmente um camponês.

## Bibliografia

- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira & NORDER, Luiz Antonio Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo*. Estudos Avançados / Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, volume 15, número 43, São Paulo: IEA, setembro/dezembro 2001.
- FABRINI, João Edmilson. *A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política*. Geografia – Revista do Departamento de Geociências. Londrina, vol. 9 n° 1, Jan/Jun 2000, pp. 67-78.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questões teórico metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária*. IN: Boletim Paulista de Geografia, n° 75, dez/1998.
- \_\_\_\_\_, e STÉDILE, João Pedro. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 1999.
- ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo; Ática, 1991, p. 81
- SCHREINER, Davi Felix. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná)*. Tese de doutorado. São Paulo: 2002.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada*. Dissertação de mestrado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002

<sup>i</sup> SCHREINER, Davi Felix. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná)*. Tese de doutorado. São Paulo: 2002, p. 304.

<sup>ii</sup> Ver trabalhos de SCHREINER, D. F. , FABRINI, J. E., *Cadernos de Cooperação e Cadernos de Formação do MST*.

<sup>iii</sup> FABRINI, J. E. *Op. Cit.*, p. 72.

<sup>iv</sup> Ao menos no sentido que Bourdieu imprimiu à palavra, reflexões presentes em ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo; Ática, 1991, p. 81

<sup>v</sup> FABRINI, J. E. *Op. Cit.*, p. 72.

<sup>vi</sup> Mais uma vez destaco o debate apresentado no livro *Brava gente (Op. Cit., p. 95-112)*, no qual Stédile apresenta a necessidade, e o caminho percorrido pelo MST, no sentido de se pensar novos tipos de cooperação para o campo.

<sup>vii</sup> BERGAMASCO, S. M. & NORDER, L. A. C. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 42-43

<sup>viii</sup> Definição dada por Márcia Mara Ramos em seu depoimento. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada*. Dissertação de mestrado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002, p.142.